



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tlq8RbSWUNwPK1eC_Ps8FA&chave2=Ug8cwwspH_-ckGj5CvAIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07916454955-PATRICIA EDUARDA PETRY

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
51.921.166 PATRICIA EDUARDA PETRY
CNPJ 51.921.166/0001-81
NIRE 42812779031**

PATRICIA EDUARDA PETRY, Brasileira, nascida em 18/07/1992, solteira, empresária, inscrita no CPF sob o nº 079.164.549-55, portadora da Carteira de Identidade nº 5720741, órgão expedidor SSP/SC residente e domiciliado em Lontas, na Rua Paulo Galiza, 16, Bairro Vila Nova, CEP 89.182-000, titular da empresa individual **51.921.166 PATRICIA EDUARDA PETRY**, com sede em Lontas, na Rua Paulo Galiza, 16, Casa, Bairro Vila Nova, CEP 89.182-000, inscrita no CNPJ sob nº 51.921.166/0001-81 e NIRE nº 42812779031, fazendo uso do que permite o 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/2008, fica transformada esta Empresa Individual em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL**.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica transformada a natureza jurídica desta Empresa Individual em Sociedade Empresária de Responsabilidade Limitada Unipessoal sob a razão social de **FORTTE CONSTRUTORA LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA

O acervo da Empresa Individual no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) passa a constituir o Capital Social da sociedade empresária limitada, passando a ser neste ato de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 300.000 (trezentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, em decorrência do aumento do capital social por motivo de a SÓCIA PATRICIA EDUARDA PETRY integralizar neste ato a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e integralizará a quantia de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) até 31/12/2025, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à RODOVIA SC 110, 586, CENTRO, LONTAS, SC, CEP 89.182-000.

CLÁUSULA QUARTA

Consequentemente o capital social de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos em 300.000 (trezentos mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, ao final da integralização, ficará assim distribuído:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$
PATRICIA EDUARDA PETRY	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
TOTAL	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade será administrada pelo(a) sócio(a) **PATRICIA EDUARDA PETRY**, na qualidade de Sócio Administrador, cabendo-lhe representá-la **ISOLADAMENTE**, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários para o bom desempenho de suas funções e negócios sociais,

Req. 81300002462797

1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/07/2024 Data dos Efeitos 19/07/2024

Arquivamento 42208588358 Protocolo 243218184 de 19/07/2024 NIRE 42208588358

Nome da empresa FORTTE CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 500004606197040

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

22/07/2024



inclusive delegar poderes por procuração “*ad-negotia*” e “*ad-judicia*”, quando na defesa dos interesses da sociedade se tornar necessário ou conveniente.

Parágrafo único – O sócio administrador não poderá prestar, em quaisquer circunstâncias, atos de liberalidade em nome da sociedade, tais como a prestação de garantia, avais e fiança em favor de terceiros e outros estranhos ao objeto social, salvo se autorizado por deliberação unânime em reunião de sócios.

CLÁUSULA SEXTA

O Sócio Administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SÉTIMA

A sociedade terá por objeto social o ramo de **OBRAS DE ALVENARIA; INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL.**

CLÁUSULA OITAVA

Para tanto, firma nesta mesma data, conforme abaixo, o contrato social da sociedade empresária limitada por transformação desta Empresa Individual.

<p style="text-align: center;">CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA FORTTE CONSTRUTORA LTDA CNPJ 51.921.166/0001-81</p>
--

PATRICIA EDUARDA PETRY, Brasileira, nascida em 18/07/1992, solteira, empresária, inscrita no CPF sob o nº 079.164.549-55, portadora da Carteira de Identidade nº 5720741, órgão expedidor SSP/SC residente e domiciliado em Lontas, na Rua Paulo Galiza, 16, Bairro Vila Nova, CEP 89.182-000

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Cláusula 1ª. A sociedade gira sob a forma de sociedade empresária limitada, e com a denominação social de **FORTTE CONSTRUTORA LTDA.**

Cláusula 2ª. A sociedade tem sua sede na RODOVIA SC 110, 586, CENTRO, LONTRAS, SC, CEP 89.182-000.

Req. 81300002462797

2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/07/2024 Data dos Efeitos 19/07/2024

Arquivamento 42208588358 Protocolo 243218184 de 19/07/2024 NIRE 42208588358

Nome da empresa FORTTE CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 500004606197040

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

22/07/2024

Cláusula 3ª. A sociedade pode a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 4ª. A sociedade tem por objeto social o ramo de **OBRAS DE ALVENARIA; INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL.**

Cláusula 5ª. A sociedade iniciou suas atividades em **23 de agosto de 2023** e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CAPITAL SOCIAL, QUOTAS E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula 6ª. O capital social de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos em 300.000 (trezentos mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, que são subscritas e integralizadas da seguinte forma:

R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) já integralizados e R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) serão integralizados até 31/12/2025.

Ao final da integralização, o capital social ficará assim distribuído:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$
PATRICIA EDUARDA PETRY	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
TOTAL	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00

Cláusula 7ª. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 8ª. As quotas são indivisíveis e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de todas os sócios.

Cláusula 9ª. As novas subscrições e integralizações de quotas, que impliquem em um encaixe superior ao valor nominal das quotas, terão este sobre preço considerado como ágio na emissão de quotas, e serão escriturados como reserva de capital.

DA CESSÃO DE COTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Cláusula 10ª. As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, segundo o seu percentual de participação, com prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o direito de preferência. Após o prazo e em igualdade de



condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de cotas e/ou o direito de subscrição e o preço por eles proposto.

Cláusula 11ª. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das cotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das cotas que então possuírem, e se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as cotas e/ou direitos que sobejarem.

Cláusula 12ª. A sociedade não poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das cotas.

Cláusula 13ª. Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente estará automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiros, pelo mínimo indicado anteriormente.

Cláusula 14ª. Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo.

DO AUMENTO DE CAPITAL, RETIRADA DE SÓCIO E DIMINUIÇÃO DE CAPITAL

Cláusula 15ª. Em caso de aumento de capital, os cotistas terão preferência no prazo de 30 (trinta) dias, para subscrição em igualdade de condições e na proporção exata das quotas que possuírem.

Cláusula 16ª. Em caso de falecimento ou incapacidade superveniente de um dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros do *de cujus* ou curador nomeado, respectivamente.

Cláusula 17ª. Pretendendo qualquer sócio, herdeiro de sócio falecido ou curador de sócio interditado retirar-se da sociedade ou quando herdeiro de sócio falecido não quiser continuar participando da sociedade, deverá notificar os demais sócios, com antecedência mínima de (60) sessenta dias, para fim de apuração de seus haveres, em balanço patrimonial especialmente levantado.

§ 1º Os haveres apurados serão liquidados em (24) vinte e quatro parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou por aquele que vier a substituí-lo.

§ 2º Nos (30) trinta dias subsequentes à notificação do sócio retirante, poderão os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.

Cláusula 18ª. Em caso de diminuição do capital social, a mesma será igual e proporcional a cada cota.

DA ADMINISTRAÇÃO, SUA REMUNERAÇÃO E CONTABILIDADE

Cláusula 19ª. A sociedade é administrada pelo sócio(a) **PATRICIA EDUARDA PETRY**, na qualidade de sócio administrador, cabendo-lhe representá-la **ISOLADAMENTE**, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários para o bom desempenho de suas funções e negócios



sociais, inclusive delegar poderes por procuração “*ad-negotia*” e “*ad-judicia*”, quando na defesa dos interesses da sociedade se tornar necessário ou conveniente.

Parágrafo Único – O **sócio administrador** não poderá prestar, em quaisquer circunstâncias atos de liberalidade em nome da sociedade, tais como a prestação de garantia, avais e fianças em favor de terceiros e outros estranhos ao objeto social, salvo se autorizado por deliberação unânime em reunião de sócios.

Cláusula 20ª. Pelo exercício da administração, tem o Administrador direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será fixado de comum acordo entre os sócios.

§ 1º Para efeito de contabilização, o valor relativo às retiradas do Administrador, será levado à conta de despesas gerais da sociedade.

§ 2º O Sócio Administrador poderá renunciar expressamente ao pró-labore previsto neste artigo.

Cláusula 21ª. O Administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 22ª. A sociedade poderá designar administrador não sócio mediante deliberação, cuja aprovação dependerá da unanimidade dos votos.

Cláusula 23ª. O Administrador não cotista poderá ser destituído da função, sem direito a qualquer indenização, por deliberação e aprovação dos votos correspondentes no mínimo a três quartos do capital.

Cláusula 24ª. A sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS

Cláusula 25ª. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula 26ª. Nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Cláusula 27ª. As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocadas com 10 (dez) dias de antecedência, pelo Administrador, nos casos previstos em Lei ou no contrato.



§ 1º A convocação dos sócios deverá ser por escrito, via e-mail, por correspondência ou qualquer outro meio de comunicação, dispensadas as publicações não obrigatórias da Lei nº 10.406/2002, dando ciência do local, data, hora e ordem do dia.

§ 2º A reunião poderá ser dispensada, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre o objeto da matéria.

Cláusula 28ª. Os sócios detentores de mais de 5% (cinco por cento) das cotas do capital, poderão requerer ao Administrador a convocação de reunião, indicando, desde logo, a matéria a ser deliberada, providência que se torna obrigatória ao Administrador.

Cláusula 29ª. Dependem da deliberação e aprovação pelos votos correspondentes no mínimo a três quartos do capital social:

- I. a aprovação das contas da administração;
- II. a exclusão de sócio pelo cometimento de falta grave, no exercício de suas funções ou por incapacidade superveniente;
- III. o modo de remuneração dos Administradores;
- IV. a participação nos lucros do administrador e dos empregados;
- V. investimento em outras empresas, coligadas ou controladas;
- VI. aumento de capital com bens ou moeda corrente;
- VII. aprovação de laudo de reavaliação o valor venal de bens ou direitos do ativo permanente;
- VIII. a oneração e alienação de bens imóveis;
- IX. as modificações do contrato social;
- X. a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade;
- XI. a cessação ao estado de liquidação;
- XII. a nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- XIII. o pedido de recuperação judicial;

Parágrafo único – Mediante iniciativa de sócios representantes de três quartos do capital social, pode o sócio ser excluído da sociedade por justa causa, independente de autorização judicial, nas seguintes hipóteses: falta grave comprovada no cumprimento das suas obrigações para com a sociedade; surgimento de incapacidade superveniente; declaração de falência do sócio; aquele cuja cota tenha sido liquidada nos termos do parágrafo único do art. 1.026 da Lei nº 10.406/2002 e; aquele que, no exercício das suas atividades privadas, provocar prejuízos aos objetivos sociais da sociedade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 30ª. Os componentes da sociedade obrigam-se reciprocamente a respeitarem integral e fielmente as cláusulas do presente contrato social, que passam a regulamentar as atividades da sociedade para todos os fins e efeitos.

Cláusula 31ª. A sociedade rege-se, nas omissões deste contrato, pelas normas das sociedades limitadas (art.1.052 e seguintes da Lei nº 10.406/02); pelas normas da sociedade simples (art.997 e seguintes da Lei nº 10.406/02); e ainda pelas normas das sociedades anônimas sucessivamente.

Req. 81300002462797

6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/07/2024 Data dos Efeitos 19/07/2024

Arquivamento 42208588358 Protocolo 243218184 de 19/07/2024 NIRE 42208588358

Nome da empresa FORTTE CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 500004606197040

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

22/07/2024

Cláusula 32ª. Os componentes da sociedade acordam dispensar todas as publicações exigidas pela Lei, que deverão ser supridas por comunicados, via e-mail, por correspondência ou qualquer outro meio de comunicação escrita, exceto aquelas cuja obrigatoriedade esteja expressa em lei.

Cláusula 33ª. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC, para nele serem dirimidas e resolvidas questões judiciais e extrajudiciais, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula 34ª. Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA – ME nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

E, por estarem justos e entre si contratados assinam por meio de certificado digital (E-CPF), o presente instrumento de **CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO**, depois de lido e achado conforme, para que produza os efeitos legais.

Lontras/SC, 18 de julho de 2024.

PATRICIA EDUARDA PETRY

Req. 81300002462797

7



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/07/2024 Data dos Efeitos 19/07/2024

Arquivamento 42208588358 Protocolo 243218184 de 19/07/2024 NIRE 42208588358

Nome da empresa FORTTE CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 500004606197040

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

22/07/2024



243218184

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	FORTTE CONSTRUTORA LTDA
PROTOCOLO	243218184 - 19/07/2024
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	046 - TRANSFORMACAO

MATRIZ

NIRE 42208588358
CNPJ 51.921.166/0001-81
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/07/2024
SOB N: 42208588358

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 07916454955 - PATRICIA EDUARDA PETRY - Assinado em 19/07/2024 às 09:59:49



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

22/07/2024

Certifico o Registro em 22/07/2024 Data dos Efeitos 19/07/2024

Arquivamento 42208588358 Protocolo 243218184 de 19/07/2024 NIRE 42208588358

Nome da empresa FORTTE CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 500004606197040

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral